

SESSÕES DO PLENÁRIO

85ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 25 de setembro 2023.

PRESIDENTE: DEPUTADO ZÉ RAIMUNDO FONTES

PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE

À hora regimental, 14h45, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Jr, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Eures Ribeiro, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Olívia Santana, Pablo Roberto, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (52)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Da Deputada Olívia Santana comunicando que, devido à participação no Encontro Femmes de la Resistance, realizado em Paris – França, esteve ausente nas Sessões dos dias 11, 12 e 13/09/2023.

Do Deputado Dr. Diego Castro comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 11, 12 e 13/09/2023.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Convido o deputado Penalva para usar a palavra por 5 minutos. (Silêncio) Ausente.

Para falar no Pequeno Expediente, convido o nobre deputado Pedro Tavares pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, galerias, imprensa, eu queria destacar que, no último sábado, eu tive a oportunidade de participar da celebração dos 100 anos da Santa Casa de Misericórdia de São Félix. Essa Santa Casa é referência não só em todo o Recôncavo, mas também em toda a Bahia, com serviços prestados à sociedade na área da saúde, exemplo de solidariedade e de apoio ao próximo.

Participei dessa solenidade ao lado do Dr. Zé Antônio, provedor da Santa Casa da Bahia e ex-provedor da Santa Casa de Misericórdia de São Félix; do Dr. Humberto Alves, provedor da Santa Casa de Misericórdia de São Félix; e do Dr. Odilon, diretor médico.

Eu queria destacar o grande trabalho que essa Santa Casa faz há 100 anos. Como eu disse, ela leva o serviço de saúde à população do Recôncavo, sendo referência de atendimento para toda essa população. Então, eu queria destacar e parabenizar essa instituição pelo grande trabalho que realiza em todo o Recôncavo.

Queria também, no dia de hoje, prestar a minha solidariedade e destacar o trabalho desse grande amigo e desse grande prefeito Robertão, do município de Presidente Dutra. Ele é uma pessoa que eu conheço há mais de 20 anos, que tem serviços prestados ao município de Presidente Dutra. Ele está em seu terceiro mandato e é conhecido, não só na microrregião de Irecê, mas em toda a Bahia, como um dos melhores prefeitos do nosso estado, pois faz um trabalho sério, comprometido, um trabalho honesto.

Muitas vezes, quando a pessoa trabalha sério, de forma honesta e quando é referência de trabalho, seriedade e compromisso com o seu município, como o prefeito Robertão, há alguns que não aceitam. Alguns olham e não aceitam o grande trabalho que esse prefeito vem fazendo. Eu queria destacar esse prefeito para dizer que quem não o aceita, está indo, infelizmente, de encontro ao povo de Presidente Dutra, pois o povo reconhece o seu trabalho e sabe o seu valor.

Então, eu queria prestar a minha solidariedade e, ao mesmo tempo, destacar a figura do prefeito Robertão bem como o grande trabalho que vem realizando à frente da Prefeitura Municipal de Presidente Dutra, pela terceira vez, como prefeito. Realmente, o seu trabalho mudou a vida da população de Presidente Dutra para melhor.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu convido a nobre deputada Olívia Santana para utilizar o tempo do Pequeno Expediente.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, servidores e visitantes desta Casa, eu venho a esta tribuna por duas razões. A primeira razão é fazer a defesa do Movimento Mulheres Negras Decidem, uma campanha muito importante que tem acontecido no Brasil que se constitui na busca de direitos e da realização dos direitos, do nosso direito à igualdade. Este movimento, em particular, vem realizando uma importante campanha em defesa de termos mulheres negras no Supremo Tribunal Federal.

Este movimento fez uma lista tríplice para ser apresentada ao governo federal, ao governo Lula, na defesa e na tentativa de influenciar a escolha do presidente na indicação de uma mulher negra, sim, juíza, para o Supremo Tribunal.

É um absurdo que, em toda a história dos 132 anos de existência da nossa Corte Suprema, nunca uma mulher negra tenha ocupado esse lugar de juíza da Suprema Corte. Não é possível que as pessoas negras sejam, majoritariamente, aquelas que se sentam no banco dos réus e, na hora da definição da ocupação dos espaços de juízes, desembargadores, juízas, em todas as instâncias jurídicas, em todos os níveis, melhor dizendo, tanto no campo estadual, regional, como também federal, a gente veja, se depare com pouquíssimos juízes e juízas negras e negros.

Então, neste momento, há esta campanha importante, mobilizando todo o país, levantando o debate, tirando este véu de naturalização daquilo que não deveria ser encarado como algo normal. Isso não é normal. É espantoso que uma corte de um país, majoritariamente, negro, nunca, repito, nunca, na sua história de existência, tenha tido uma mulher negra a ocupar o lugar de juíza do STF.

Então nós temos... Eu quero saudar os nomes de Livia Sant'Anna Vaz, promotora de Justiça, a nossa Livia Vaz do Ministério Público do Estado da Bahia; da Dr.^a Adriana Cruz, uma grande e experiente juíza do Rio de Janeiro; e de Soraia Mendes, advogada goiana.

São mulheres extremamente preparadas, muito qualificadas e comprometidas, presidente, com o ideário democrático. São mulheres que sempre tiveram este lugar em toda a sua trajetória jurídica ao defender a Constituição, ao defender a democracia, que jamais se associariam a atos antidemocráticos ou a experiências políticas antidemocráticas, apenas, embaladas pelos holofotes da grande mídia. Como nós vimos acontecer por ocasião da instituição da Operação Lava Jato, quando a gente viu diversos juízes, juízas, desembargadores e desembargadoras embevecidos com os holofotes midiáticos que distorceram, completamente, uma luta que deveria ser justa no plano jurídico e no plano dos movimentos sociais, em todas as áreas da vida deste país, que é a luta contra a corrupção. Mas o que a gente viu foi uma distorção deste ideário com objetivo, com a finalidade única...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de criminalizar o presidente Lula e colocá-lo em prisão.

Portanto, fica, aqui, o nosso pronunciamento de saudação a esta campanha importantíssima realizada pelo Movimento Mulheres Negras Decidem, uma instituição em favor de uma juíza no STF, Supremo Tribunal Federal, do nosso país.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Convido o deputado Hilton Coelho para utilizar o tempo de até 5 minutos, no Pequeno Expediente.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, vocês que acompanham o caso tão emblemático de Boipeba precisam saber que nós vínhamos denunciando, nesta tribuna, que problemas ambientais na Bahia são generalizados. Muitos deles têm, inclusive, similaridades e precisam do posicionamento desta Casa. Nós tivemos contato, através da assessoria do nosso mandato, com o Coletivo de Defesa do Meio Ambiente e outros direitos da Península de Maraú.

É uma situação dramática, Sr. presidente, pois empreendimentos, as chamadas casas de praia, vêm simplesmente ocupando as praias através de um processo de cercamento. Comunidades tradicionais, pescadores, por exemplo, têm perdido o acesso à praia, inclusive, para desenvolver as suas atividades de pesca e garantir as suas sobrevivências.

Então, esta é uma situação muito complexa e, ao mesmo tempo, agressiva na Península de Maraú, que encontrou uma reação das comunidades que começaram a retirar as cercas, porque elas são absolutamente ilegais. Essa ação direta aconteceu por pura omissão do poder público.

Esse movimento já fez a denúncia no Ministério Público, na prefeitura, mas não existe nenhum pronunciamento público da prefeitura, da Secretaria do Meio Ambiente do município, nem um posicionamento do Ministério Público.

Então, para nós, é mais um caso em que parece que se perdeu qualquer referência de legalidade, qualquer noção de justiça e qualquer respeito à institucionalidade, já que os grupos econômicos, simplesmente, vão e cercam os locais. E eles dizem que são deles, expulsam ou tentam expulsar as comunidades tradicionais. Não conseguiram!

Há casos como o do Sr. Guaraci, um pescador, uma liderança dos pescadores que vinha sofrendo com essa situação que está sendo resolvida por iniciativa da própria população. Aliás, a novidade é que, depois que a população começou a se mobilizar e acabar na mão com esse absurdo, a prefeitura começou a se mobilizar.

Mas nós não temos nenhuma garantia de que o poder econômico não vai agir de maneira agressiva com essas comunidades. Ele já vem fazendo isso, e a tendência é que isso se intensifique.

Por isso, Sr. Presidente, nós estamos oficiando o Inema, a Secretaria do Meio Ambiente e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e, também, exigindo providências, assim como o posicionamento da Casa em relação a essa situação absurda.

Por fim, nós queremos reforçar que, amanhã, a partir das 9 horas, nós teremos, na Casa, uma audiência pública para tratar do tema Violação de Direitos dos Povos Indígenas no Estado da Bahia.

A Bahia tem o segundo número de assassinatos de lideranças indígenas no Brasil. Infelizmente, a Bahia, sempre, em primeiro ou em segundo lugar, em dados como este de violência. E não é diferente com a população indígena.

Nós estamos, portanto, amanhã, aqui, na ALBA, com a participação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), realizando uma grande audiência pública pautando, especialmente, a situação dos povos Pataxós do Extremo Sul da Bahia. Há a situação de agressão em que nós acompanhamos minimamente. Essa situação precisa de resolução e, acima de tudo, precisa de um posicionamento político desta Casa.

Não é possível que a Bahia, um dos estados com a maior população indígena no Brasil, assista, do ponto de vista da sua institucionalidade, a esse tipo de violência grassar no nosso estado, Sr. Presidente.

Então, amanhã, eu peço que todos deputados e deputadas, especialmente os deputados com algum nível de articulação...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e de atuação na região, estejam nessa audiência pública.

Amanhã, a partir das 9 horas, nós estaremos com os povos indígenas, nesta Casa, discutindo vitórias como a derrota do marco temporal no STF e a necessidade de garantir, na luta, as novas conquistas.

Esperamos que esta Casa se faça presente da maneira mais representativa possível, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Dentre os nomes cotados para o Supremo Tribunal Federal, gostaria de lembrar do nome da conterrânea da nossa região, a Dr.^a Vera Lúcia Santana de Araújo, filha da querida professora Rosália, lá, de Vitória da Conquista. Vera é filha de Livramento de Nossa Senhora. Desde os seus 18 anos, ela está em Brasília. Ela é uma, dentre advogadas e juristas, cotada para a vaga a ser preenchida no STF.

Convido o nobre deputado José de Arimateia para utilizar o tempo de 5 minutos, no Pequeno Expediente.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para deixar registrado que, na semana passada, nós tivemos, nesta Casa, na Comissão de Saúde, onde eu estou como vice-presidente, o Setembro Amarelo, em alusão à prevenção ao suicídio com foco na depressão da pessoa idosa.

Tivemos a presença da Dr.^a Josecy Peixoto, médica geriatra; da Dr.^a Patricia Medrado, representando a Promotoria de Justiça; de Rafaela Assis de Araújo, analista técnica de Psicologia, especializada em proteção aos Direitos da Pessoa Idosa, da Defensoria Pública da Bahia; e da Dr.^a Soraya Carvalho, coordenadora do Núcleo de Estudo e Prevenção do Suicídio.

Várias pessoas estiveram presentes, o Srs. Deputados, e o que nós ouvimos, Sr. Presidente, e nos preocupa é exatamente sobre as políticas públicas que precisam ser

efetivadas no que diz respeito aos idosos. Eu tenho sempre batido nesta tecla aqui, na tribuna, de que os municípios da Bahia ainda continuam devendo, a maioria dos municípios da Bahia – a maioria, temos que ser justos. Dos 417 municípios, nós só temos 136 com conselho municipal do idoso, e desses 136 municípios, só 23 criaram o fundo municipal para o idoso.

Então, eu acredito que a maior agressão é exatamente isso: os idosos estão sendo excluídos porque não estão sendo ouvidos pelos prefeitos da maioria das cidades, nem pela classe política. Dificilmente a gente vê um deputado federal ou estadual defendendo essa questão da implantação do fundo municipal para o idoso no seu município.

Mas eu tenho batido aqui, tenho feito a minha parte, V. Ex.^a é testemunha, V. Ex.^a foi relator, juntamente com este deputado, da criação do conselho, aliás, do fundo estadual para o idoso, que hoje é uma realidade, mas é preciso, Sr. Presidente, que o governo o coloque em prática.

Segundo as informações que eu tenho, já existem recursos no fundo estadual para o idoso, e o governo, até agora, não fez o chamamento para que esses recursos possam chegar às instituições que defendem a causa, que fazem um trabalho importantíssimo para os idosos do nosso estado.

Então, eu gostaria que V. Ex.^a até fizesse essa ponte com o Ex.^{mo} Sr. Governador, já que V. Ex.^a faz parte da base. Não precisava ser assim, mas, lamentavelmente, a coisa só anda dessa forma.

Mas eu venho a esta tribuna também, Sr. Presidente, mesmo no pouco tempo que tenho, para fazer um convite aos Srs. Deputados. (Lê) “Nesta quarta-feira, na Comissão de Meio Ambiente, nós teremos uma audiência pública para discutir as políticas públicas para a coleta seletiva nos municípios, para discutir esse assunto que é de suma importância para diminuirmos a agressão que vem acontecendo ao meio ambiente.

Hoje temos percebido, Sr. Presidente, que, apesar dos esforços dos catadores e cooperativas, os municípios não têm uma política eficiente na coleta seletiva...”

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Não existe isso, Sr. Presidente.

(Lê) “(...) A implantação da coleta seletiva nos municípios é de extrema importância para promover a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade. Através desse sistema, é possível separar os resíduos sólidos de acordo com a sua composição e destinar corretamente cada tipo de material para reciclagem ou descarte adequado.

A coleta seletiva contribui para a redução da quantidade de lixo enviada aos aterros sanitários, evitando a contaminação do solo, da água e do ar. Além disso, ela promove a economia...”

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(Lê) “(...) de recursos naturais, uma vez que a reciclagem possibilita a reutilização de materiais, diminuindo a necessidade de extração de matérias-primas virgens...”

Para concluir, Sr. Presidente.

(Lê) “(...) Outro aspecto importante da coleta seletiva...”, Sr. Presidente, “(...) é o estímulo à consciência ambiental da população. Ao separar os resíduos em casa, as pessoas passam a compreender melhor o impacto de suas ações no meio ambiente e se tornam agentes ativos na preservação dos recursos naturais.

A coleta seletiva também gera empregos na cadeia produtiva da reciclagem, desde a coleta até o processamento dos materiais. Isso contribui para a inclusão social e o desenvolvimento econômico local...”

E para concluir, Sr. Presidente.

(Lê) “(...) No entanto, é importante ressaltar que a sua efetividade depende da participação e engajamento da população, bem como da existência de infraestrutura adequada, como caixas coletoras e pontos de coleta. É fundamental que os municípios invistam em campanhas de conscientização e educação para garantir o sucesso desse sistema.

É de suma importância a implantação da coleta seletiva nos municípios.”

Então, Sr. Presidente, nesta quarta-feira, nós teremos uma audiência pública, V. Ex.^a e os Srs. Deputados deverão estar presentes para trazer suas contribuições.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O nobre deputado trouxe dois temas importantes, não é? A questão do lixo, da coleta seletiva, e do idoso.

Quero dizer que este simples deputado que preside a sessão tem ajudado. Neste ano, nobre deputado Zé de Arimateia, eu fiz uma doação de R\$ 4 mil para o fundo do idoso e de R\$ 4 mil para o fundo da criança e do adolescente. Eu sou um assalariado, mas imagino que as fortunas da Bahia podem, tranquilamente, doar muito mais. Mas esses são temas muito importantes.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu convido, seguindo aqui a ordem dos inscritos, o deputado Raimundinho da JR (silêncio); Robinson Almeida (silêncio); o deputado líder, Alan Sanches, pelo tempo de até 5 minutos no Pequeno Expediente.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, queria saudar V. Ex.^{as} e todos que nos acompanham. Veja bem, estavam questionando Salvador sobre a segurança pública e fizeram alguns questionamentos sobre isso desde a época de Neto. Inclusive, na época da campanha dele, ainda em 2012, 2008, Neto já falava sobre segurança pública. Mesmo não sendo responsabilidade de Salvador, da prefeitura – nós sabemos que a responsabilidade da segurança pública é, constitucionalmente, do estado –, ele sempre investiu, assim como a Prefeitura de Salvador tem feito, como o grupo político sempre encarou isso e entende ideologicamente o que deve ser feito.

Se V. Ex.^{as}, deputado Eduardo Alencar, que eu acho que, nessa época, era até prefeito, na época de João Henrique... Foi quando começou a se instalar aqui, em Salvador, a Guarda Municipal. Naquele momento, a Guarda Municipal era como se fosse segurança, segurança patrimonial.

Hoje, depois da ascensão de ACM Neto como prefeito – 8 anos depois, Bruno Reis –, a Guarda Municipal se transformou a olhos vistos. Nós, que somos de Salvador, percebemos a presença da Guarda Municipal em vários segmentos, não apenas como segurança patrimonial.

Os investimentos feitos tanto por Neto, quando prefeito, quanto por Bruno, são incomparáveis. Bruno já triplicou o Orçamento da Guarda Municipal. Houve, inclusive, uma reforma total na sede da Guarda Municipal, já foram convocados mais de 200 homens, servidores homens e mulheres, para a Guarda Municipal, equipando-a com armamento, armamento não letal, coletes e viaturas. São investimentos de mais de R\$ 18 milhões num setor que, talvez, outros prefeitos não tivessem investido. Salvador tem feito, de certa forma, essa contribuição para que o soteropolitano, ou quem nos visita, possa ter essa sensação de segurança.

É o que eu sempre digo, eu mesmo, que já fui vítima ali... Imaginem, num dia de sexta-feira, final de tarde, no feriadão, você ser assaltado ali, no calçadão, às 17h30min, na Barra, na mão grande. Então, após isso, hoje eu sinto que já tem um certo policiamento ali. Mas como fui eu, poderia ser qualquer outra pessoa. Eu dei o exemplo porque a gente sente na carne, mas Salvador tem feito o seu papel, mesmo que não seja, como eu disse, o seu papel constitucional, mas está trazendo e está ajudando a segurança pública, como está fazendo, inclusive, ali na zona do Centro Histórico.

Eu falo que a culpa não é da Guarda Municipal, não é de Neto, não é da Polícia Militar ou Civil, da Polícia Técnica, de nenhum dos segmentos da polícia, mas é da falta de investimentos, amigos.

Nisso eu venho batendo, foi nota aí, foi notícia replicada no *G1*, foi notícia replicada na *TV Globo*, em outras emissoras, na *Band*, *Aratu*, *Record*, em todas, porque nós chamamos a atenção para o relatório do TCE, que trouxe, de forma transparente, a falta de investimentos em segurança pública; que comparou 2016, quando tínhamos um Orçamento de R\$ 28 bilhões, e chegamos a um investimento em segurança pública de R\$ 4,8 bilhões.

Então, quando nós mudamos de 2016 para 2022, quando o Orçamento foi um pouco mais do que o dobro, o que deu mais de 56 bilhões, nós tivemos um investimento de 4,7 bilhões. Se fizermos a proporção pelo tamanho do aumento do Orçamento da Bahia e o percentual aplicado, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) nós vamos ver que caiu de 17%, mais ou menos, meus amigos, para 8,7%. Então, o que faltou durante todo esse tempo foi investimento, investimento que só poderia ser feito por um grande líder. Que seria quem? O próprio governador. Mas nesse momento o líder não pode se esconder, o líder precisa puxar para si a responsabilidade.

Com a sua tolerância, Sr. Presidente, vi que V. Ex.^a, já se aproximou, ainda temos 18 minutos e só tem mais uns dois inscritos.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Com isso, o que eu queria dizer é que faltou investimento. Hoje eu estava ouvindo o senador Otto Alencar dar uma entrevista a Mário Kertész, amigo querido, todos aqui sabem disso, mas eu vou usar o que ele falou: o problema é na raiz. Concordo! Eu concordo que é na raiz, mas quem está tomando conta dessa raiz durante 17 anos é o PT. Uma criança que tinha 6 anos de idade hoje tem 23, amigos e amigas. A gente pode perceber que, hoje, com 23 o tráfico já o pegou; às vezes é chefe do tráfico, chefe de facção.

Então, o problema é na raiz? É. Mas quem é que tinha a responsabilidade de mudar isso com investimentos em ação social, com investimentos na própria segurança, com investimento em educação, no esporte, no lazer e isso não foi feito? São 17 anos! São 17 anos, e a gente vai dizer, hoje, que o problema era lá atrás, que é problema de investimento em ação social. Claro que é! Mas quem não fez o dever de casa foi o Partido dos Trabalhadores. E, hoje, quem paga a conta somos todos nós.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Alan Sanches.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Seguindo a ordem dos inscritos, convido o deputado Tiago Correia para utilizar o tempo de 5 minutos no Pequeno Expediente.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa tarde; boa tarde, nobres colegas; amigos da imprensa que nos acompanham; servidores desta Casa; amigos das galerias. Sr. Presidente, o que me traz à tribuna nesta tarde é um assunto de extrema relevância não só para o município de Vitória da Conquista, mas para todo o estado da Bahia, que é o Centro Integrado dos Direitos da Criança e do Adolescente, que funciona naquele município, no antigo Colégio Dirlene Mendonça, espaço do governo estadual. Um colégio estadual que foi cedido ao município, ainda em 2014, na gestão do então prefeito Guilherme Menezes, que em 2014 investiu mais de R\$ 1 milhão do município naquele equipamento, naquele imóvel, que foi cedido por um período de 20 anos.

De lá para cá esse espaço foi se aperfeiçoando e, hoje, colocou Conquista como referência nacional na defesa da criança e do adolescente, sabendo que, atualmente, esse espaço reúne diversos serviços, a exemplo dos conselhos tutelares; do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; da Promotoria da Infância e Juventude; da Vara da Infância e Juventude; da Defensoria Pública da Infância e da Juventude; como também de uma delegacia regional que foi instalada há poucos meses pelo próprio governo do estado.

E, agora, neste mês, no último dia 12, a Prefeitura de Vitória da Conquista foi apresentada pela Unicef como modelo a ser seguido, Sr. Presidente, no

desenvolvimento de políticas públicas integradas e coordenadas voltadas à proteção de crianças e adolescentes, vítimas ou testemunhas de violência.

E, pasmem, menos de uma semana depois de Conquista ter sido anunciada como referência, após esse encontro que reuniu no município a própria Unicef, a Childhood Brasil e representantes do governo estadual, que aconteceu no último dia 12, a Secretaria da Educação do Estado da Bahia encaminhou um ofício à prefeitura requerendo esse imóvel, onde tantos equipamentos estão instalados, para que seja construído um colégio estadual.

Ora, Sr. Presidente, esse imóvel, inclusive, fica no centro da cidade. Nós sabemos que Conquista cresceu muito, existem diversos bairros que não contam com equipamentos públicos estaduais de educação e carecem desses equipamentos. Então, não há motivo para a construção de um grande colégio estadual no centro da cidade, ainda mais em um equipamento que, desde 2014, recebeu milhões em investimentos de recursos públicos municipais.

Então, nada mais lógico do que o governo do estado buscar outra área. Inclusive, a prefeitura municipal já se colocou à disposição para oferecer uma nova área para o governo do estado, para que possa construir esse também importante equipamento de educação. Mas falta bom senso ou, talvez, seja também falta de conhecimento por parte da pessoa que encaminhou esse ofício. A gente está tentando se aprofundar e entender o porquê de requerer um espaço onde funcionam tantas atividades importantes, principalmente em defesa das crianças e dos adolescentes do nosso município.

Venho fazer um apelo a esta Casa para que o governador tenha sensibilidade, atenda ao pleito da prefeita, ao pleito da população de Vitória da Conquista que quer que continuem em nosso município todos esses equipamentos, servindo de exemplo não só para o Brasil, mas para o mundo, e colocando Conquista, mais uma vez, na vanguarda em defesa dos interesses das crianças e dos adolescentes.

É isso que eu trago, Sr. Presidente. Peço também a sensibilidade de V. Ex.^a, que já foi prefeito do município e conhece bem a nossa realidade, para que esse colégio estadual possa ir para um bairro que realmente necessite e que esses importantes equipamentos continuem funcionando, a exemplo do que a prefeita Sheila Lemos pediu ao governador do estado, e que nós possamos ajudá-los a encontrar um novo espaço.

(O Sr. Presidente Faz soar as campainhas.)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu convido o nobre deputado Diego Castro para utilizar o tempo de 5 minutos no Pequeno Expediente.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, se o PT e a esquerda administrassem o deserto do Saara faltaria até areia. Por que, Sr. Presidente, eu estou dizendo isso? Porque no que esse grupo toca as coisas andam para trás ou somem. Não é possível!

E eu venho falar disso porque temos mais uma marca da vergonha que a esquerda deixou para a Bahia, e essa marca, agora, é que a Bahia despencou no quadro de competitividade no Brasil, nos índices que medem a competitividade dos estados brasileiros.

Um estado que deveria ser a vanguarda do Nordeste, por ser o maior estado do Nordeste, com o maior território, com o maior potencial náutico do Brasil, com o maior potencial turístico, com o maior potencial econômico da região, e, inclusive, foi aqui onde tudo começou neste país, está, hoje, não à toa, na lanterna dos estados mais competitivos do Nordeste. É o pior estado do Nordeste, dos nove, em competitividade. Acreditem se quiserem! E não sou eu que estou dizendo, não, é o *ranking* nacional de competitividade do CLP, como está aqui no Poder 360, para não dizerem que é *fake news*. Dos 27 estados da Federação, somos o 24º. Olha que vergonha! Estamos atrás de todos os estados do Nordeste. No Brasil, só ganhamos para Roraima, onde tem uma crise humanitária lá, próximo da Venezuela, para o Amapá e o Acre.

Que pouca vergonha, senhoras e senhores! Essa é a marca da estrelinha vermelha onde ela chega para tocar. E, presidente, quais são os fatores? O *ranking* de competitividade tem como parâmetro quatro elementos: a segurança pública, a educação, a infraestrutura e a eficiência da máquina pública.

E está aí a explicação, o porquê desse vexame. Não tem mais o que dizer, estamos carecas de saber. Segurança pública: somos campeões de insegurança, estamos numa guerra neste momento, como já várias vezes subi aqui, a esta tribuna, e denunciei o descaso. Maior índice de mortes violentas do Brasil, 86 mil homicídios desde que o PT assumiu o poder.

Pasmem, senhoras e senhores, nós somos pentacampeões nesse índice do estado mais violento do Brasil, por 5 anos consecutivos. Três das 10 cidades mais violentas do Brasil estão na Bahia. Se ampliar o recorte para 15, nove estão aqui dentro.

Educação: recentemente, o pior Ideb do país no acumulado dos últimos 4 anos; zero em educação à distância; índice de analfabetismo, o maior do Brasil; evasão escolar, o maior do país no acumulado dos últimos 5 anos.

Infraestrutura: a malha viária estadual é uma vergonha! Basta andar por rodovias estaduais que, acreditem, em pleno século 21, em jugulares de locais em que para o escoamento da economia ali as rodovias têm um peso importante, temos estradas de barro, acreditem se quiserem, que nem para andar de cavalo presta, senão a carroça vira.

Eficiência da máquina pública: temos um estado burocrático. A Bahia, para se abrir uma empresa, se você for comparar com qualquer outro estado do Brasil, é o pior de todos. E o que explica isso? Uma máquina estatal pesada, um estado que tem uma linha de governo que sufoca a iniciativa privada. É imposto para tudo, a exemplo do ICMS, que é um dos maiores do Brasil. Qualquer empresário que olha para este estado quer correr daqui, porque ninguém vai investir...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) num estado que não dá segurança jurídica e, pior, onde há uma linha governamental e uma máquina estatal que sufocam a iniciativa privada.

Então, para concluir, presidente, a gente precisa avançar nesse quesito. E, aqui, faço um apelo, que a gente coloque em pauta a minha proposta do marco estadual da liberdade econômica, que fará a Bahia avançar no ambiente de competitividade e de negócios no Brasil.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre deputado Eduardo Alencar, pelo tempo regimental do Pequeno Expediente.

O Sr. EDUARDO ALENCAR: Sr. Presidente, meu querido presidente, deputado Zé Raimundo; queridos deputados aqui presentes; meu amigo Alan; eu vou falar rápido porque a Casa está muito cheia e tem outros querendo falar.

Mas, meus queridos deputados, subo aqui a esta tribuna para parabenizar a cidade de Itaetê, que hoje faz 62 anos. E, lá, é um município que fica localizado próximo à Chapada Diamantina, de um povo bom, hospitaleiro, que me recebeu de braços abertos, onde tenho um grande amigo, o ex-prefeito Valdes, que fez um excelente trabalho na cidade de Itaetê. E, como estou atuando ao lado dele para que Itaetê cresça e se desenvolva, nós vamos fazer um trabalho, deputado Zé Raimundo, para que uma nova geração dos políticos daquela região, assim como Itaetê, voltem ao poder, porque ele fez um excelente trabalho e merece trazer alegria e felicidade para aquelas pessoas.

Eu, no fim de semana passado, estava na cidade de Ruy Barbosa e, lá, nós temos o prefeito Cláudio Serrada, que faz um excelente trabalho à frente daquela prefeitura, da cidade em que eu nasci, me criei e que faz parte da Chapada Diamantina. Nós inauguramos uma creche com o nome de Creche Mãe Jovina, que foi uma pessoa que fez um trabalho belíssimo naquela cidade, em prol das pessoas mais carentes.

O prefeito inaugurou essa creche com recurso próprio, investimento total do município. Mesmo em um período como esse, tão difícil, que os municípios estão passando, ele soube trabalhar e vem trabalhando pela cidade, fazendo investimento com recurso total do município, em uma cidade que tem arrecadação baixa. Mas ele, como prefeito eficiente, trabalhador que é, não precisou recorrer aos bancos para tomar empréstimo para trabalhar.

Se você chegar à cidade de Ruy Barbosa, hoje, vai ver um exemplo de administração, sem endividar o município em absolutamente nada. Então é digno de elogio aqui, hoje, nesta tribuna. E vamos inaugurar mais duas praças, sendo que uma delas tem o nome do meu avô, Cícero Alencar, além de mais duas creches construídas com recurso próprio. A praça foi feita através de convênio com o governo federal, que o senador Otto Alencar fez com a cidade de Ruy Barbosa. Então eu vim aqui a esta tribuna dizer que é motivo de orgulho ter um prefeito trabalhador como Cláudio Serrada.

Gostaria de falar com o meu querido deputado Alan Sanches, porque eu estava, atentamente, ouvindo seu discurso, deputado, e V. Ex.^a tem razão em muitos pontos

das suas colocações. Primeiro, eu acho que o senador está coberto de razão no que ele falou, hoje, em Mário Kertész, que a violência tem de ser combatida na raiz. E onde, na raiz? Na família, na criação, na educação, nas escolas, com investimento forte para que os alunos voltem a ter aquela vontade, aquele amor e tenham o desejo de crescer com a educação. Nós temos aqui o grande professor Zé Raimundo que sabe que sem educação, Zé, não existe investimento nenhum que vá tirar as crianças do caminho errado. Acho que o ser humano tem de ter a oportunidade de crescer. E crescer só é possível por intermédio da educação.

Eu nasci na cidade de Ruy Barbosa, distante daqui 300 quilômetros, e, naquela época, nós...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) tínhamos dificuldade para chegar a Salvador, mas vim para cá; estudei em escola pública, no Colégio Central; fiz vestibular, inicialmente, para Química; não quis ficar na Química, fiz para Medicina; me formei; trabalhei; criei meus filhos, por intermédio da educação, da Medicina. Fui vereador, prefeito e, hoje, deputado estadual. Devo tudo isso à formação que eu tive na família, à formação que eu tive de meu pai, de minha mãe, de meus irmãos e à orientação que eu tive, lá, na Chapada Diamantina, onde eu conhecia a minha professora, conhecia e respeitava os meus professores, tinha a maior consideração e respeito por eles.

E aqui...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) foi a forma, o caminho que achei para crescer na vida e me desenvolver, foi por intermédio da educação. Claro que o serviço público tem de oferecer condições de melhoria de vida para o cidadão. Quando se encontra um gestor que diz que a responsabilidade da segurança é só do governo do estado ou só do governo federal, não concordo. Acho que todos nós, homens públicos, estamos imbuídos em trazer dias melhores. A segurança é uma obrigação do governo federal e do governo estadual, mas é um dever de todos trabalharmos juntos para que a segurança melhore muito no nosso país.

Tenho confiança, aposto no nosso governador Jerônimo Rodrigues. A Bahia está passando por um momento difícil, hoje, na segurança? Está. Mas ele não é a pessoa responsável pelo que está acontecendo hoje. Tenho a certeza de que já vem de muito tempo. E nós vamos trabalhar juntos com ele, nesta Casa, para que Salvador e a Bahia tenham dias melhores na área de segurança.

Então, a todos os meus colegas, muito obrigado pela atenção. Quero dizer que estamos juntos, trabalhando para uma Bahia melhor.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Eduardo Alencar, que, em poucos minutos, fez um diagnóstico perfeitamente correto, na minha avaliação, sobre essa questão da violência. São problemas sociais, estruturais, que, evidentemente, os gestores cuidam do momento, mas é a sociedade que tem de buscar alternativas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Nobre deputado Alan Sanches, questão de ordem.

O Sr. Alan Sanches: Eu não ouvi V. Ex.^a também fazer essa contextualização da minha fala sobre segurança, mas eu entendo, eu entendo. (Risos)

Mas, brincadeiras à parte, presidente, eu queria dizer o seguinte: só temos agora 45 presentes, no painel. Eu deixei estender, pois o Grande Expediente seria nosso, mas, para falarmos apenas eu e o deputado Eduardo, não tem sentido. Por isso eu vou até pedir a verificação de quórum para o encerramento da sessão, mas, visivelmente, nós não temos os 21 deputados necessários.

Então peço a verificação de quórum e amanhã utilizarei o Grande Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

Acatando a questão de ordem, verificamos que não há número suficiente para a continuidade da presente sessão. Portanto, declaro-a encerrada.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Binho Galinha, Euclides Fernandes, Fátima Nunes, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Marcelinho Veiga, Pancadinha, Patrick Lopes, Robinho, Rosemberg Pinto e Vitor Azevedo. (11)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.